

Projeto “A Agenda Pendente”

A motivação

O ano eleitoral coloca novamente na agenda a necessidade de aprofundar e ampliar o entendimento e os debates sobre as questões pendentes no campo das políticas públicas na área social, que tendem a ficar em segundo plano em relação às urgências de natureza econômica, por um lado, e questões de impacto mais imediato sobre a opinião pública, como os da violência urbana ou a distribuição de benefícios sociais, por exemplo.

Existe um paradoxo aqui, que é a contradição entre a complexidade crescente destas políticas, por um lado, e as simplificações que ocorrem sempre que estes temas sociais entram de maneira mais intensa no debate público. No debate público, as discussões tendem para dicotomias simples, invariavelmente em termos da “generosidade” do setor público em distribuir benefícios: mais escolas, mais universidades, mais bolsas, mais atendimento médico gratuito, melhores aposentadorias, mais casas populares, etc. Além dos óbvios limites financeiros destas políticas distributivas, elas impedem que o país desenvolva a inteligência e a competência necessárias para que elas sejam implementadas de forma efetiva. O resultado é a péssima qualidade destas políticas – a educação não melhora de qualidade, o sistema do SUS não consegue atender à demanda de serviços de saúde, a violência urbana não se reduz, o sistema previdenciário tende à insolvência. Isto não significa que não existam experiências importantes que mostram resultados promissores, e que precisariam ser melhor conhecidas e aprofundadas, nas diferentes áreas.

Cada área de política social tem suas características e problemas próprios, mas todas elas têm em comum a contradição entre as aspirações de atendimento universal as necessidades e aspirações da população, em grande parte consagradas como direitos subjetivos na Constituição de 1988, a serem proporcionados pelo setor público, e as limitações gerenciais, legais e financeiras do setor público. Esta contradição gera, por um lado, mecanismos alternativos de atendimento a estas necessidades, seja por iniciativa do setor empresarial privado, seja por iniciativas de instituições não governamentais do “terceiro setor”, seja pelo desenvolvimento de mercados informais, cujo relacionamento com o setor público tende a ser pouco claro, e muitas vezes questionável do ponto de vista legal; por outro, a aceitação, por parte da sociedade, de níveis de atendimento inaceitáveis do ponto de vista dos valores de uma sociedade moderna, e das necessidades do país; finalmente, a conformidade com a baixa produtividade de uso dos recursos públicos despendidos.

Como contribuição para tentar recolocar o debate público sobre políticas sócias em eixos conceituas e práticos mais consistentes, estamos propondo a realização de uma série de eventos de discussão de alguns temas prioritários da agenda social pendente, a partir de um texto central, e com a participação de especialistas e pessoas do setor público e privado interessados nas questões. Esta atividade será desenvolvida em cooperação entre o IETS e Casa das Garças, conforme especificado mais abaixo. Os temas iniciais serão a educação básica, a

saúde, a previdência e as políticas de distribuição de rendas. Cada um dos textos deverá ter a seguinte estrutura:

- 1 - Um diagnóstico dos problemas principais da área, do ponto de vista da cobertura e da produtividade. Em que medida ela consegue atender às necessidades e aspirações da população? Em que medida esta situação se constitui ou não em uma crise, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista político, seja de um ponto de vista normativo?
- 2 - Quais são as principais instituições e agências - públicas, privadas, ONGs, federais, estaduais ou municipais - responsáveis pelo provimento dos benefícios? Qual o peso relativo de cada uma delas? Como se dá a concorrência e/ou a divisão de tarefas entre essas instituições e com que nível de eficiência elas atendem seus objetivos.
- 3 - Marco legal - em que medida a legislação existente permite ou dificulta a implementação destas políticas, e a atuação e cooperação das diversas instituições e agências envolvidas?
- 4 - Custos e mecanismos de financiamento - quais são os custos atuais das políticas, suas fontes de financiamento; quais seriam os custos necessários para uma melhoria adequada de cobertura e atendimento; quais seriam as fontes possíveis de recursos, públicas e privadas, e quais seriam as possibilidades e custos de focalização dos gastos públicos em setores e questões mais críticas e prioritárias. De que forma formas gerenciais alternativa poderiam alterar a estrutura de incentivos na provisão de serviços, de modo a aumentar sua produtividade.
- 5 - Sugestões do ponto de vista institucional, gerencial, legal e financeiro para o setor.

Cada um dos textos deveria considerar diferentes modelos ou estratégias existentes para lidar com o tema, no Brasil e outras partes, e concluir com recomendações de política pública para o setor.

Formato

Cada um dos temas será apresentado em um seminário fechado, com convidados da área acadêmica, empresarial e do setor público, precedido por uma reunião inicial para discutir os termos gerais do trabalho a ser elaborado. Os debates - feitos a partir de pequenos textos de comentários previamente submetidos por escrito -- seriam registrados e, na medida do possível, incorporados ao paper central, no próprio corpo ou como apêndice ou anexo.

Cronograma:

- Primeira quinzena de abril: reunião dos autores com um grupo restrito para coordenar os objetivos dos trabalhos;
- Primeira quinzena de junho: seminário interno para discutir as primeiras versões dos papers;
- Organização de um seminário mais amplo, em setembro ou outubro, de dia inteiro, quando seriam discutidas as versões semifinais previamente

distribuídas pelos autores, e para o qual pediríamos a convidados selecionados que trouxessem pequenas contribuições complementares aos quatro textos.

- outubro/novembro fica para finalização do livro, incluindo uma introdução de responsabilidade de Edmar Bacha e Simon Schwartzman
- finalizando com a publicação de um e-book no final de novembro ou início de dezembro nos sites do IEPE e do IETS, e eventual publicação impressa se for viável.